



Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

ISSN: 1807-0191

Centro de Estudos de Opiniao Publica da Universidade  
Estadual de Campinas

Pinto, Celi Regina J.; Silveira, Augusta  
Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)  
Opinião Pública, vol. 24, núm. 1, 2018, Janeiro-Abril, pp. 178-208  
Centro de Estudos de Opiniao Publica da Universidade Estadual de Campinas

DOI: 10.1590/1807-01912018241178

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32958319007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)

---

Celi Regina J. Pinto

Augusta Silveira

---

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sobre um conjunto de deputadas de carreiras políticas longevas, que, ao longo de 64 anos, da legislatura que começa em 1951 e vai até a que se inicia em 2015, foram eleitas três ou mais vezes para os legislativos estaduais e federal, e pelo menos uma vez para o federal. São 62 deputadas que representam 9,5% de todas as mulheres eleitas nas 17 legislaturas do período. Ao longo dessas legislaturas, 653 mulheres se elegeram para as casas legislativas estaduais e para a Câmara dos Deputados; destas, 138 o conseguiram por três vezes (duas reeleições) e apenas 62 delas chegaram à Câmara dos Deputados<sup>1</sup>.

A questão a ser respondida neste artigo é aparentemente simples e está estreitamente relacionada com a peculiar posição do Brasil no *ranking* internacional de participação política das mulheres: quais são os requisitos necessários para as mulheres chegarem a ter carreiras parlamentares exitosas, em um país que está em 151º lugar entre os 187 países analisados quanto à participação de mulheres nos parlamentos em 2017 (IPU, 2017). Ao estudar a trajetória dessas mulheres, é possível entender por que elas são exceções e também quais são os limites para a existência de uma representação mais robusta de mulheres nos parlamentos.

Os dados sobre as deputadas foram coletados a partir de uma ficha comum para as 653 mulheres, dividida em três grandes blocos: (1) dados pessoais e familiares; (2) atividades profissionais e políticas, estas últimas quando distintas das eleições legislativas; (3) produção legislativa em comissões, cargos nas mesas, projetos de lei e leis. A coleta desses dados teve diferentes graus de dificuldade, variando com a distância no tempo do mandato, com a carreira pública da deputada e com o fato de ter sido ou não deputada

---

<sup>1</sup> Estão sendo consideradas apenas as mulheres eleitas quando do resultado do pleito, excetuando-se, portanto, as mulheres que chegaram às casas legislativas como suplentes. Assumimos que, assim procedendo, perdemos um número – que pode ser expressivo – de mulheres deputadas, mas, em termos metodológicos, é praticamente impossível verificar idas e vindas de suplentes por 64 anos em todos os 27 estados brasileiros. Cesar Canato (2011), em seu trabalho sobre carreiras longevas, estabelece, para isso, três reeleições contínuas para a Câmara dos Deputados. Tal exigência, entretanto, aplicada às mulheres, reduziria tanto o número que faria com que perdêssemos carreiras políticas muito significativas.

federal. Para as mulheres que são foco específico deste artigo, a coleta foi facilitada por serem pessoas de carreira pública longeva e serem deputadas federais<sup>2</sup>.

O estudo de carreiras políticas no Brasil tem expressivo acúmulo de trabalhos, principalmente a partir dos anos 2000, tanto entre os que focam na política nacional como entre aqueles que tratam de especificidades regionais. Contudo, os artigos mais citados e reconhecidos não incorporam a questão de gênero. É bastante provável que isso aconteça por duas razões: a primeira, e mais óbvia delas, é a presença rarefeita das mulheres no mundo público; a segunda, e mais grave, é a tendência de não se tomar em consideração a questão de gênero nos estudos das instituições políticas e de seus atores no Brasil (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Borges e Sanches Filho, 2016).

Todavia, nos estudos de gênero, a questão da presença ou ausência das mulheres na política tem sido analisada desde os primeiros trabalhos, ainda na década de 1980, de Tabak (1983, 1989, 2002). Há estudos importantes sobre a presença das mulheres, com foco regional, como os de Costa (1998) para as políticas baianas, de Ferreira (2002) para as pernambucanas e de Orsato (2013) para as gaúchas. Sobre mulheres na elite política brasileira, temos o alentado estudo de Avelar (1996). E mais, Alves, Pinto e Jordão (2012) coordenaram extensa pesquisa sobre as eleições presidenciais de 2010.

Em relação a carreiras propriamente ditas, há os artigos de Araújo (2001, 2009, 2012), inclusive fazendo uma análise comparativa entre Brasil e Argentina (Araújo, 2010), e os de Marques (2010) e de Miguel e Biroli (2010). Também cabe mencionar um importante acúmulo de trabalhos que buscam explicar as dificuldades e mesmo a ausência das mulheres na política; os textos citados de Clara Araújo são exemplos dessa discussão ao tratar dos limites da lei de cotas<sup>3</sup> no Brasil para o incremento da participação das mulheres na política.

Portanto, uma produção muito significativa busca entender a grande dificuldade encontrada pelas mulheres para entrar no campo da política, mormente quando trata da disputa por cargos eletivos nas democracias ocidentais, tanto no norte enriquecido como nos países emergentes do sul. Para discutir as razões desse repetido cenário, uma noção fundamental é a de paridade, desenvolvida por Fraser e Honneth (2003). Para esses

<sup>2</sup> A Câmara dos Deputados dispõe em seu site de um conjunto importante de dados sobre os deputados ao longo das legislaturas republicanas. Braga e Nicolás, em um interessante artigo sobre o método prosopográfico para os estudos de elites políticas, discutem a centralidade dos dados disponíveis na web para esse tipo de trabalho e concluem: "Podemos afirmar ainda que o uso do enfoque prosopográfico a partir dos websites dos legislativos estaduais brasileiros apresenta vantagens e desvantagens em comparação com outras fontes e métodos empregados para o estudo das elites e grupos de intervenção política. Dentre as vantagens ou os aspectos positivos, podemos mencionar a possibilidade de estudar a população inteira de cada legislativo de uma determinada legislatura; a possibilidade de articular múltiplas variáveis de pesquisa e de analisar o comportamento político dos deputados a partir das fontes primárias e, também, a maior independência do analista em relação às suas fontes, permitindo ainda maior verificabilidade dos dados coletados por outros pesquisadores e a reproduzibilidade dos resultados obtidos por cada analista" (Braga e Nicolás, 2008, p. 125).

<sup>3</sup> A Lei Eleitoral 9504/1997 estabeleceu que na eleição de 1998 nenhum sexo poderia ocupar mais do que 80% das listas partidárias e que nas eleições seguintes esse percentual passaria para 70%, garantindo dessa forma a presença mínima de 30% de mulheres nas listas partidárias.

autores, só é possível participar da vida social e política de forma justa se houver paridade entre seus membros. Isso está calcado na superação da desigualdade econômica e cultural, seja por redistribuição ou por reconhecimento. No caso do gênero, eles identificam uma condição bidimensional em que a desvantagem econômica – derivada das dificuldades de entrada no mercado de trabalho, dos salários menores em relação aos dos homens ou da divisão sexual do trabalho – combina-se com as desvantagens culturais, expressas em sexismo, racismo ou LGBTfobia, que atribuem qualidades negativas às mulheres, aos negros e à comunidade LGBT. Segundo Fraser e Honneth, há um círculo vicioso em que a má distribuição alimenta o falso reconhecimento e este, a má distribuição. As mulheres são constituídas, no discurso sexista, como menos habilitadas ao trabalho, o que se reflete em suas possibilidades de inserção no mercado nas melhores posições (Fraser e Honneth, 2003). A falta de paridade é central para explicar o espaço das mulheres nas disputas eleitorais, começando pelas posições que ocupam dentro das próprias estruturas partidárias<sup>4</sup>.

A mulher é desencorajada a chegar ao espaço político, não construído como dela. É um espaço masculino, em que o mundo do poder e da política lhe impõe múltiplas barreiras. O cenário é fortemente não paritário em termos de reconhecimento, o que determina, entre outras consequências, a má distribuição de recursos econômicos e o menor acesso aos recursos partidários e às doações privadas.

Se há grandes dificuldades para chegar até o mundo da política e às listas partidárias, estas não são as maiores barreiras para a eleição de mulheres. No Brasil, a partir das eleições de 1988, os partidos vêm enfrentando dificuldades para completar listas com o número de mulheres exigido pela lei e a representação feminina nas casas legislativas não se alterou significativamente. Araújo e Alves (2007), ao examinarem o fraco resultado da lei de cotas para mulheres nas eleições legislativas, chamam a atenção para o fato de que, caso se mantenham todas as outras múltiplas causas de exclusão, não há possibilidade de sucesso das cotas. Há razões que derivam das condições das mulheres na sociedade, ou seja, de seu não reconhecimento como cidadã igual, mas também há razões que se relacionam com o sistema político-partidário brasileiro e o grande número de partidos, com as estruturas oligarquizadas, que tendem fortemente à reprodução das

<sup>4</sup> Mesmo que a questão de representação não seja o foco deste artigo, pois ele trata especificamente de trajetórias, é mister chamar atenção para o fato de que, ao longo de sua obra, Nancy Fraser desenvolve igualmente a noção de representação como uma terceira e fundamental forma de injustiça. De maneira ainda muito inicial, trabalha a tríade reconhecimento-redistribuição-representação em seu texto, “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação” (Fraser, 2007). Posteriormente, em 2009, em sua obra *Scales of justice*, Fraser aprimora o conceito, afirmando que a falta de representação extrapola a questão parlamentar de representação: “When political space is unjustly framed, the result is the denial of political voice to those who are cast outside of universe of those who ‘count’. Thus, representation concerns the intersection of symbolic framing and democratic voice. As the term that names the political dimension of justice, it allows us to grasp the question of the frame as a question of justice” (Fraser, 2009, p. 147). A questão também é vastamente discutida nos artigos que constam em sua obra *Fortunes of feminism* (Fraser, 2013).

susas elites, o alto custo das campanhas políticas e o seu financiamento pelo setor privado (Araújo e Alves, 2007; Sacchet e Speck, 2012).

A trajetória das mulheres na disputa eleitoral no Brasil é uma história dos entraves, da busca por explicações para essa repetida exclusão. O presente artigo não foge a essa preocupação, mas se propõe examinar a questão por outro ponto de vista. Parte da constatação de que, nesse universo masculino, um pequeno grupo de mulheres alcança o sucesso eleitoral, o que lhes permite fazer uma carreira política longeva. A questão que se coloca, portanto, é: que condições, que trajetórias de vida permitiram a essas mulheres perfazerem carreiras tão marcadamente masculinas? Tiveram estratégias originais? Seguiram trajetórias tradicionais, legitimadas pelo campo político partidário?

Ainda nesta Introdução cabe uma nota de caráter metodológico. A pesquisa com grupos excluídos ou minoritários na vida pública, como é o caso das mulheres, envolve muitos gargalos metodológicos, derivados do pequeno número de indivíduos que atuam nessa esfera em relação aos grupos dominantes ou/e majoritários, assim como da escassez de fontes de dados. Duas questões são relevantes no caso do estudo da participação das mulheres na política, e seriam igualmente importantes em estudos sobre a participação das mulheres nas elites empresariais e cargos executivos. A primeira é a necessidade de agregar dados de períodos mais longos de tempo para se obter um grupo significativo de casos para analisar. Certamente, ao examinarmos mais de 60 anos, como é o caso do presente artigo, é possível incorrer em imprecisões. Entretanto, como apontamos, sempre que necessário, as condições políticas específicas do país em diferentes períodos da história política recente, entendemos que esse conjunto de 62 mulheres permite conhecer a atuação das mulheres com carreiras longevas, diferentemente de estudos feitos com homens, em que legislaturas, partidos, posições político-ideológicas ou regiões do país podem ser recortados. Isso, no caso das mulheres, reduziria o estudo a números irrelevantes. A segunda questão concerne à comparação com os homens. Em primeiro lugar, fazer uma análise que inclua gênero, que inclua mulheres, não envolve uma abordagem obrigatoriamente comparativa. No caso em pauta, nosso universo é composto por 62 mulheres ocupantes de 246 cadeiras ao longo das 17 legislaturas que contaram com 7.400 cadeiras<sup>5</sup>. Isto é, as mulheres que tiveram carreira longeva ocuparam 3,32% das cadeiras disponíveis. O que nos interessa é entender como, em um cenário tão adverso para as mulheres, visto que até o presente são menos de 10% da Câmara de Deputados, esse grupo teve condições de se reeleger e ter carreiras longevas. Uma comparação com as carreiras longevas de homens no mesmo período envolveria a análise dos ocupantes de 7.154 cadeiras, o que, além de ser materialmente muito difícil de ser feita, pouco agregaria ao que pretendemos neste estudo.

<sup>5</sup> Entre as eleições de 1950 até 1990, o número de cadeiras na Câmara de Deputados variava a cada eleição. O número mínimo de cadeiras foi 304 (1950) e o máximo, 503 (1990). A partir das eleições de 1994, a Câmara de Deputados passou a ter 513 cadeiras, o que se mantém até o presente (2018) (Brasil, 2016a).

Este artigo está organizado em duas seções. A primeira, “Panorama das mulheres eleitas deputadas selecionadas”, constitui um mapeamento das 653 mulheres eleitas nas 17 legislaturas, em que são consideradas as variáveis de tempo, localização regional e espectro político. A segunda seção, “As mulheres que fizeram carreira política”, é dedicada ao estudo das 62 mulheres que consideramos a elite das deputadas brasileiras. Aqui, trabalhamos com o mesmo tipo de dados da primeira parte, acrescidos de um estudo da composição de capitais de que essas mulheres dispuseram para entrar na vida política<sup>6</sup>.

Na obra *Réponses – Pour une anthropologie reflexive*, Bourdieu e Wacquant (1992) são muito enfáticos em afirmar que capitais (econômico, cultural, social, político, religioso) só fazem sentido dentro de um campo<sup>7</sup> que, por sua vez, irá se estruturar mais fortemente à medida que o capital necessário para sua constituição tenha independência em relação a outros capitais. Por exemplo, um campo artístico que dependa do capital econômico e não do capital cultural para existir e se reproduzir terá pouca independência. Da mesma forma, o campo político que depender de outros capitais.

No caso do Brasil, quando se aplicam esses pressupostos bourdieuanos para a análise de trajetórias políticas, deve-se ter um especial cuidado, pois o campo político tem fronteiras muito tênuas e está longe do modelo proposto pelo sociólogo francês. Em nosso país, junto com o capital propriamente político, que daria independência ao campo, os capitais familiar, econômico, religioso e cultural (midiático) têm presença marcante na vida política.

### **Panorama das mulheres eleitas deputadas selecionadas**

Ao longo de 17 legislaturas, foram eleitas 653 mulheres em todos os estados brasileiros e em todos os partidos com tradição política, sempre representando uma ínfima parte dos políticos eleitos em níveis estadual e federal<sup>8</sup>.

O Brasil de 1950 a 2014 experimentou três períodos bem definidos em sua vida política: um período democrático interrompido pelo golpe militar de 1964; o regime militar que se estende até a posse do primeiro presidente civil em 1985; e um novo período democrático a partir de então. Para a análise específica neste artigo, incluímos, no terceiro período, as eleições de 1982 – as primeiras após a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo imposto pelos militares<sup>9</sup>. Tomando esses três períodos, o número de eleitas

<sup>6</sup> Não tratamos neste artigo da produção legislativa das deputadas.

<sup>7</sup> “Un capital n’existe et ne fonctionne qu’en relation avec un champ” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 77).

<sup>8</sup> Mulheres se candidataram antes de 1950 em vários estados brasileiros, a maioria sem sucesso. Nas eleições de 1933, foi eleita a primeira deputada federal, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz. No ano seguinte, Antonieta de Barros, negra, neta de escravizados, se elegeu para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

<sup>9</sup> A reforma partidária de 1979, tradicionalmente atribuída ao coronel Golbery do Couto e Silva, foi gerada dentro do regime militar visando, primordialmente, implodir a oposição que se fortalecia dentro do MDB em um sistema bipartidário. As consequências, entretanto, não puderam ser controladas, e, nas eleições de

é pequeno para os dois primeiros, não chegando a 10% do total (59 mulheres). Mesmo que rarefeita, a presença das mulheres se deu de forma mais regular após 1982, o que está relacionado às mudanças comportamentais ocorridas no mundo e refletidas no Brasil a partir dos anos 1970, ao próprio movimento feminista e ao novo clima político instaurado no país na década de 1980 (Tabela 1):

**Tabela 1**  
**Número de deputadas eleitas nos três períodos**

Período	Nº de deputadas
1950-1962	25
1966-1978	34
1982-2014	594

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

A análise dos dados para o conjunto das 653 eleitas desafiam alguns senso comuns sobre a carreira política de mulheres no Brasil, como mostra a Tabela 2, cuja variável é a região de origem:

**Tabela 2**  
**Número de deputadas eleitas por região (1950-2014)**

Região	Nº de deputadas
Norte	133
Nordeste	196
Centro-Oeste	75
Sudeste	189
Sul	60

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

Levando em consideração as populações dessas regiões, é significativa a presença das mulheres nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, menos desenvolvidas, mais agrárias e que teriam, em princípio, menor abertura para a participação das mulheres na política. A região Sudeste, proporcionalmente, é a que tem menos deputadas. A título de ilustração, tomamos os dados do Censo de 2010 para a população brasileira e assim estabelecemos um parâmetro de comparação entre esta e a distribuição das 653 deputadas por região do país (Tabela 3)<sup>10</sup>:

1982, já estavam na disputa eleitoral o PT e o PDT. Brizola, do PDT, renascia como liderança política, e Luiz Inácio Lula da Silva aparecia como uma grande promessa de liderança popular. As forças de esquerda realmente se dividiram em pelo menos três partidos em um primeiro momento (PMDB, PT e PDT), fato que diminuiu a possibilidade de vitórias imediatas, mas deu uma nova dinâmica à participação política.

<sup>10</sup> A Tabela 3 pode ser criticada por uma possível fragilidade, uma vez que os dados da população são do Censo de 2010 e as mulheres foram eleitas ao longo de 64 anos. Entretanto, se considerarmos que, ao longo

**Tabela 3**  
**Relação entre o total de deputadas e o número de habitantes por região**

Região	Distribuição do total das deputadas (1950-2014)		% de deputadas em relação ao número de habitantes (2010)	
	%	Nº	%	Nº
Norte	20,3	133	8,3	15.864.454
Nordeste	30,0	196	27,8	53.081.950
Centro-Oeste	11,4	75	7,4	14.058.094
Sudeste	28,9	189	42,1	80.364.410
Sul	9,1	60	14,4	27.386.891

**Fonte:** IBGE, Censo demográfico de 2010; TSE.

A Tabela 3 possibilita que sejam apontadas duas tendências: a primeira é que há maior possibilidade de as mulheres se elegerem quanto menos concorrida e menos democrática for a campanha eleitoral; a segunda é que urbanização, menor desigualdade social e melhores índices de educação não determinam, no Brasil, maior presença das mulheres na política. Tomando as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, temos duas situações distintas de concorrência eleitoral: enquanto as duas primeiras têm povoamento mais recente e menor tradição política, a terceira é a região mais antiga do país, com alta densidade populacional e elites e famílias políticas muito bem estabelecidas. Essas duas realidades, aparentemente tão distintas, têm características comuns, pois concentram, por razões diversas, a disputa eleitoral nas mãos de poucos grupos políticos, ou seja, a disputa é restrita e, portanto, menos democrática, no sentido de existir um número menor de candidatos às listas partidárias. Já nas regiões Sudeste e Sul, a disputa intrapartidária e entre partidos envolve um número muito maior de pretendentes, daí ser muito mais acirrada a disputa para conquistar a posição de candidato, o que poderia tornar mais difícil a presença das mulheres<sup>11</sup>. Entende-se, aqui, por menos democrática a menor concorrência, no

---

desse período, a tendência foi de o povoamento distribuir-se mais homogeneamente pelas regiões, inclusive com uma acelerada ocupação do Norte e do Centro-Oeste, os dados tornam-se razoavelmente seguros.

<sup>11</sup> Araújo e Alves (2007), ao analisarem as eleições de 2002 no Brasil, encontram dados que corroboram com essa ideia: "A magnitude do distrito (número de assentos em disputa) não parece guardar relação com a densidade da disputa (relação candidato/vaga). Contudo, associadas à inversão encontrada para a variável IDH, importa destacar outras características da disputa. Uma primeira tende a contrariar os achados predominantes da literatura: são nos distritos pequenos e com menor número de vagas em disputa que as mulheres tendem a se dar melhor. Nos distritos grandes, por sua vez, estão concentradas as maiores proporções da população; há maior fragmentação partidária na disputa eleitoral, isto é, há um número maior de partidos disputando e elegendo; e os partidos tendem a eleger bancadas proporcionalmente menores em razão da maior dispersão de votos. Com efeito, é possível considerar a possibilidade de que, nesses estados, pela diversificação da oferta (e não pela sua densidade), se tornem necessários investimentos maiores por parte dos candidatos e partidos, seja na forma de capital financeiro ou de outros capitais, tais como redes

interior dos partidos, por um lugar na lista de candidatos. Isso não implica afirmar que, em regiões ou países com democracias consolidadas, os espaços estejam fechados para as mulheres, mas indica que não é garantida, por força do regime, a sua maior participação. As possibilidades de entrada no mercado eleitoral dependem de uma rede de condições muito complexa, como já foi apontado anteriormente, que varia de acordo com regiões em um mesmo país e em diferentes países<sup>12</sup>.

Em relação à filiação ideológica, a distribuição das 653 mulheres é apresentada na Tabela 4:

**Tabela 4**  
**Distribuição de deputadas no espectro ideológico<sup>13</sup>**

<b>Espectro ideológico*</b>	<b>Deputadas</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Direita	226	34,6
Centro	193	29,5
Esquerda	234	35,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE,

\* A relação dos partidos políticos e seu espectro ideológico encontra-se no Quadro 1 do Apêndice, ao final deste artigo.

---

de apoio e estrutura partidária. Esse contexto explicaria parte das razões pelas quais as mulheres tenderiam a se candidatar menos nesses distritos do que em distritos menores – e, de igual modo, a se eleger menos, proporcionalmente” (Araújo e Alves, 2007, p. 568, destaque no original). Também em relação ao financiamento, as mulheres encontram-se em melhor situação nos estados do Norte e do Nordeste. Sacchet e Speck, ao examinarem o financiamento de campanhas para as eleições de 2006, observam o seguinte: “Em três estados (Bahia, Pará e Acre), o financiamento de homens e mulheres foi praticamente equilibrado; e em cinco estados (Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Rondônia e Acre), o financiamento das mulheres foi maior que o dos homens” (Sacchet e Speck, 2007, p. 186-187).

<sup>12</sup> Em relatório do IPU (2017), de 1º de dezembro de 2017, os seguintes os países ocupavam os dez primeiros lugares quanto à participação das mulheres nos parlamentos: 1º Ruanda (61%); 2º Bolívia (53,10%); 3º Cuba (49,90%); 4º Nicarágua (45,70%); 5º Suécia (43,60%); 6º México (42,60%); 7º Finlândia (42%); 8º Senegal (43,60%); 9º África do Sul (41,80%); 10º Noruega (41,40%). Duas grandes democracias do mundo, o Reino Unido e os Estados Unidos, estão respectivamente na posição 99º e 39º (IPU, 2017). Entre países com maior número de mulheres nos parlamentos, encontram-se democracias consolidadas, como a Escandinávia; países emergentes, como África do Sul, Bolívia, México, Senegal; ditaduras, como Cuba. Há países, como a Noruega, que possuiu o maior IDH do mundo em 2014 (0,944), e Ruanda, no lugar 163º entre 186 países (0,483) (PNUD Brasil, 2014).

<sup>13</sup> Construir uma classificação dos partidos políticos brasileiros em um eixo direita-esquerda é uma tarefa bastante árdua por seu grande número e pela política de coligações eleitorais e alianças. Entretanto, não parece correto entender os partidos como corpos ideologicamente não posicionados. Para restabelecer o quadro que classifica os partidos brasileiros em direita e esquerda, partimos da conhecida obra de Bobbio (1994), em que é discutida a ideia contemporânea de que não se pode distinguir esquerda e direita. Esse autor estabelece um eixo que tem em uma extremidade a total igualdade sem liberdade e na outra a total liberdade sem igualdade. Dessa forma identifica partidos e grupos de extrema-esquerda, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita (Bobbio, 1994, p. 119). Santos e Serna (2007), trabalhando também com esse eixo, mas para partidos existentes no Brasil no início dos anos 2000, identificaram: direita: Democratas (DEM) e Partido Progressista Brasileiro (PPB); centro: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e esquerda: Partido dos Trabalhadores (PT).

Como observamos na Tabela 4, não há uma relação direta entre o que se poderia chamar de espaço progressista da esquerda e mulheres eleitas. A distribuição é bastante equitativa nesse sentido, mas muda quando analisamos as regiões separadamente, como mostra a Tabela 5:

**Tabela 5**  
**Número de deputadas eleitas por região e espectro ideológico**

<b>Região</b>	<b>Espectro</b>		
	<b>Direita</b>	<b>Centro</b>	<b>Esquerda</b>
Norte	56	41	36
Nordeste	78	53	65
Centro-Oeste	25	34	16
Sudeste	68	47	74
Sul	14	19	27

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, notamos predomínio dos partidos de direita na distribuição das deputadas eleitas, o que pode estar relacionado ao pertencimento dessas mulheres ou a sua ligação com as elites e famílias políticas da região, notadamente integrantes de partidos à direita do espectro político.

Na segunda seção deste artigo, quando examinamos o grupo de elite das 62 mulheres, verificamos distinções entre deputadas de cada um dos grandes espectros ideológicos. Mas o que se evidencia até aqui é que a direita partidária elege tantas mulheres quanto a esquerda, não havendo uma relação direta entre conservadorismo político e preconceito contra o voto em candidatas mulheres.

### **As mulheres que fizeram carreira política**

Como vimos na Introdução, as mulheres que fizeram carreira política durante as 17 legislaturas em exame somam 62 deputadas, representando a totalidade dos estados brasileiros. A grande maioria delas iniciou carreira após o regime militar, distribuindo-se por todo o espectro ideológico. Isso ocorreu quando da reforma partidária de 1979, que pôs fim ao bipartidarismo em vigor. Antes do golpe de 1964, apenas 4 mulheres do grupo de 62 haviam se elegido<sup>14</sup>. Durante o bipartidarismo, essas mulheres se reelegeram e mais 3 delas se tornaram deputadas<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Necy Novaes (PTB-BA) em 1962, Ivete Vargas (PTB-SP) em 1950, Lygia Bastos (PSD-RJ) em 1962 e Sandra Cavalcanti (UDN-RJ) em 1958.

<sup>15</sup> Foram eleitas Beth Azize (MDB-AM), Irma Passoni (MDB-SP) e Cristina Tavares (MDB-PE), as três em 1978.

Nos parece evidente, portanto, que a redemocratização e o pluripartidarismo a partir das eleições de 1982 abriram maior espaço para as mulheres que desejavam empreender uma carreira política. Antes dessa época, é considerada accidental a existência de mulheres com carreiras políticas longevas, como já observamos anteriormente a respeito da história do conjunto das 653 deputadas. A distribuição das mulheres políticas de longa carreira pelas regiões do país traz novidades em relação ao grupo maior, como vemos na Tabela 6:

**Tabela 6**  
**Relação entre as deputadas com carreira e o número de habitantes, por região**

<b>Região</b>	<b>Distribuição das deputadas com carreira (1950-2014)</b>		<b>% de deputadas sobre o número de habitantes (2010)</b>	
	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>
Norte	19,3	12	8,3	15.864.454
Nordeste	20,9	13	27,8	53.081.950
Centro-Oeste	9,6	6	7,4	14.058.094
Sudeste	40,3	25	42,1	80.364.410
Sul	9,6	6	14,4	27.386.891

**Fonte:** IBGE, TSE.

Se compararmos os dados da Tabela 6 com os da Tabela 3 referentes ao universo das mulheres deputadas, observarmos que houve uma redistribuição que equilibrou a participação da região Sudeste. Entretanto, no que concerne à região Norte, mantém-se a mesma alta proporção de eleitas em relação à população. Quase 20% das mulheres eleitas com carreiras longevas estão em uma região com cerca de 8% da população brasileira. É possível levantar algumas prováveis causas dessa presença: é uma região de estados novos, como Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, com menor possibilidade de existência de oligarquias e currais eleitorais; com população rarefeita e classe média também pequena (de onde provém a quase totalidade das mulheres eleitas), o que diminuiria a disputa por uma vaga em listas partidárias no mercado eleitoral; há forte presença, em alguns desses estados, de partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, PCdoB e PSB, teoricamente mais abertos às mulheres como militantes capazes de fazerem carreiras políticas. Em relação ao espectro ideológico, as deputadas com carreira se distribuem conforme a Tabela 7:

**Tabela 7**  
**Distribuição das deputadas com carreira no espectro ideológico**

Espectro ideológico*	Deputadas	
	Nº	%
Direita	17	27,4
Centro	16	25,8
Esquerda	29	46,7

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

\* Ver no Apêndice, Quadro 1, a relação dos partidos políticos e seu espectro ideológico.

A presença de mulheres de partidos de esquerda e centro-esquerda entre aquelas que fizeram carreiras longevas é bastante altas se comparados ao conjunto das 653 deputadas (da Tabela 4), sugerindo haver maior profissionalização das mulheres na política nesse espectro. Elas representam quase 50% do grupo. Comparado ao total de mulheres, é perceptível esse deslocamento da direita para a esquerda. Naquele universo, a distribuição era equitativa entre os três espectros ideológicos. Os dados referentes ao grupo de elite nos permitem apontar que: as mulheres de esquerda tendem a ter carreiras políticas mais sólidas porque os partidos de esquerda tendem a ter militâncias mais constantes, possibilitando a construção de capital político próprio. Vejamos, na Tabela 8, o número de deputadas por partido<sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> Há, por parte das deputadas, grande trânsito entre partidos; mas, por isso não envolver mudanças significativas no espectro ideológico, consideramos o partido pelo qual a deputada se elegeu em seu último pleito.

**Tabela 8**  
**Número de deputadas por partido em sua última eleição**

Partido	Nº de deputadas
PT	13
PMDB	7
PSDB	7
PCdoB	6
PDT	5
PSB	4
PFL	3
PSOL	3
PTB	3
PR	2
Outros*	9

**Fonte:** Elaboração própria.

\* PP, Arena, PPS, PSD, PROS, PDS, PPB, PPR, DEM: cada um com apenas uma deputada.

Entre os três maiores partidos brasileiros – PT, PMDB e PSDB –, o mais à esquerda, o PT, é o que tem maior número de deputadas ao longo destes 64 anos. Porém, o que chama a atenção é a forte presença de mulheres no PCdoB e no PSOL, que têm, ao longo de suas histórias, bancadas bastante pequenas. Pode se ter uma ideia da importância dessa presença quando confrontamos os dados referentes às deputadas em pauta com as bancadas desses dois partidos em 2010 e 2014. O PCdoB tinha 15 deputados em 2010 e reduziu sua bancada para 10 em 2014; o PSOL tinha 3 e passou para 5 em 2014 (Congresso em Foco, 2014). Se compararmos esses números com a presença das mulheres ao longo dos 64 anos, esse resultado é surpreendente, principalmente se tomarmos em consideração que o PSOL foi fundado em 2004 e que o PCdoB foi legalizado em 1985.

Para avançarmos na caracterização desse grupo de mulheres deputadas com carreiras longevas, utilizaremos a categoria *capital* desenvolvida pelo sociólogo francês Bourdieu (1979). Há muitas nuances no uso dessa categoria. Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado, por exemplo, trabalham com fontes de capital político, em que incluem capital familiar, econômico, midiático, político, entre outros (Miguel, Marques e Machado, 2015). Para os propósitos desta análise usaremos uma distribuição um pouco distinta, apontando três tipos de capital: o político, o familiar e o midiático.

O primeiro tipo de capital, o político, é classificado por Bourdieu de duas maneiras: o pessoal e o delegado. O primeiro pertence a cada indivíduo, é constituído pelo acúmulo de capital ao longo de uma carreira e inclui a militância estudantil, sindical, partidária juvenil e nos movimentos sociais. É um capital “de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido” (Bourdieu, 1989, p. 190). O capital delegado é

produto de uma transferência provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de capital detido e controlado pela instituição e só por ela (Bourdieu, 1989, p. 191). É o capital advindo de cargos públicos ou partidários. No caso das mulheres, um bom exemplo é a ocupação de cargos em secretarias municipais ou estaduais de Educação.

O segundo tipo de capital, o familiar, é considerado aqui o parentesco sanguíneo ou por casamento, e tem particular importância no exame das carreiras políticas femininas. Estudos que analisam conjuntos de legislaturas têm mostrado que esse capital é mais importante para as mulheres do que para os homens, em que pesse ser uma forma bastante comum de entrada na política para ambos<sup>17</sup>.

O terceiro tipo é o capital midiático, que, no caso específico das mulheres estudadas, é a conversão de popularidade adquirida em rádio e televisão para a carreira política.

Desprezamos os chamados capital social e capital cultural, pelo simples fato de que, para o conjunto das 62 mulheres em questão, eles não são importantes como fatores explicativos. Em termos de capital cultural, essas mulheres não se diferenciam de forma significativa: 50 delas, isto é, 80,6%, têm ensino superior completo, 9 possuem ensino médio completo ou superior incompleto e apenas uma tem ensino fundamental<sup>18</sup>.

Se compararmos esses dados com os publicados pela Câmara dos Deputados para a legislatura que se iniciou em 2015, veremos que os números são praticamente os mesmos: “Cerca de 80% (410 candidatos) dos eleitos (...) para o cargo de deputado federal possuem nível superior, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dos 513 deputados eleitos, apenas 4 (1%) sequer terminaram o ensino fundamental” (Brasil, 2014). Os dados sobre educação permitem inferir um corte de classe que não se diferencia entre homens e mulheres. As possibilidades educacionais dos homens e das mulheres que chegaram à Câmara dos Deputados são as mesmas. As classes populares, que não chegam ao nível superior de escolaridade, têm raras chances de êxito no mercado eleitoral. Certamente se encontram, entre essas deputadas e deputados, pessoas oriundas das

<sup>17</sup> Miguel, Marques e Machado (2015, p. 736) afirmam que, devido aos constrangimentos sofridos pelas mulheres para ingressarem na política, “a presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição da candidatura – em um contexto social de desprivilégioamento do ingresso feminino no campo político, o capital político transferido de familiares que pertencem ao campo político é um diferencial importante que pode alavancar candidaturas de mulheres. Como para os homens outras formas de entrada são mais acessíveis, o peso do capital familiar não é tão preponderante”. Concluem sua análise a partir dos eleitos em 2002, 2006 e 2010 para a Câmara dos Deputados, apontando para o fato, bastante interessante, de que a distância entre as mulheres e os homens no quesito capital familiar tem diminuído, não porque tenha se tornado menos importante na carreira das mulheres, mas porque se tornou mais importante na carreira dos homens.

<sup>18</sup> Não obtivemos dados precisos sobre educação de duas deputadas: Necy Novaes, que atuou na política na década de 1960 e início da década de 1970, e Cidinha Campos, que, apesar de ter atuado como jornalista e apresentadora de televisão, não consta nas notas biográficas pesquisadas menção à sua formação educacional.

camadas mais pobres da população, mas que tiveram alguma oportunidade de ascensão social através da educação.

Os dois capitais preponderantes são o propriamente político e o familiar. O capital midiático aparece apenas como residual. Um número razoável de deputadas acumula mais de um tipo de capital político ou ainda somam o capital familiar com o político:

**Tabela 9**  
**Tipo de capital das deputadas**

<b>Tipo de capital</b>	<b>Nº de vezes que aparece</b>
Político	133
Familiar	196
Midiático	75

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

### *Capital político*

O capital político opera a partir do conjunto de atividades que são basicamente de quatro naturezas: militância estudantil e sindical; militância em movimentos sociais ou partidária juvenil; cargos eletivos municipais; cargos não eletivos nos executivos estadual e municipal.

Do grupo de 62 mulheres, 51 delas chegaram à vitória eleitoral como deputadas estaduais e federais após perfazerem uma trajetória de militância política. Esse número é muito significativo e aponta para um profissionalismo na política bastante alto. Entre as que não acumularam capital político antes de chegarem à Assembleia Legislativa ou à Câmara dos Deputados, 12 possuem capital familiar.

A Tabela 10 mostra a importância da militância estudantil e/ou sindical na formação de quadros femininos na esquerda:

**Tabela 10**  
**Tipo de capital político das deputadas e espectro ideológico\***

<b>Tipo de capital político</b>	<b>Nº de deputadas</b>	<b>Espectro ideológico*</b>		
		<b>D</b>	<b>C</b>	<b>E</b>
Sindicatos/movimentos sociais/movimento estudantil	24	0	3	21
Vereadoras/prefeitas/vices	19	4	1	13
Secretárias municipais/estaduais	8	3	2	4

**Fonte:** Elaboração própria.

\* D = direita; C = centro; E = esquerda.

Os estudos sobre carreiras políticas em geral apontam a influência da militância no movimento estudantil e em sindicatos como a porta de entrada na política<sup>19</sup>. É nesse ambiente que ocorre o encontro entre as futuras deputadas e os partidos. Não é possível averiguar, salvo fizéssemos entrevistas com as mulheres ou as pessoas que as conheceram, o que acontece primeiro, se foram para o movimento estudantil porque estavam ligadas a partidos ou o inverso, se tornaram militantes partidárias dentro do movimento estudantil. A mesma questão pode ser posta para a participação nos sindicatos. Mas o que devemos reter é que essa militância indica uma relação com a política ainda quando essas mulheres eram muito jovens.

No que se refere ao capital oriundo da militância estudantil e sindical, é forte a preponderância do segundo, com cargos de direção em sindicatos. Entre as 5 deputadas do PCdoB, 3 foram dirigentes sindicais: Perpétua Almeida (Acre) foi presidente do Sindicato dos Bancários do seu estado, Alice Portugal (BA) foi dirigente da Associação de Funcionários da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Jandira Feghali (RJ) foi presidente da Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro, presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes e diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. No PT, das 12 deputadas, 6 tiveram militância em sindicatos, sendo a grande maioria em cargos de direção: Erika Kokay foi presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília; Sandra Starling foi secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo de Minas Gerais; Cida Diogo foi diretora do Sindicato Médico de Volta Redonda e do Sindicato dos Profissionais da Saúde Fluminense; Maria do Carmo Perpetuo foi fundadora e diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Betim; Fátima Bezerra foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte; Moema Gramacho foi presidente do Sindicato dos Químicos e Petroquímicos de Salvador; Maria do Rosário foi militante do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e membro de vários comandos de greve. Das 3 deputadas do PSOL, Maria José Maninha foi presidente do Sindicato Médico de Brasília e Luiza Erundina foi presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo.

Muitas deputadas do campo da esquerda também militaram na CUT, nas CEBs (comunidades eclesiais de base) e no movimento estudantil. Neste último, destacam-se Vanessa Graziotin, que foi presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE-Ufam); Lídice da Mata, presidente do DCE da UFBA; e Manuela D'Ávila, vice-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).

<sup>19</sup> Raquel Favretto (2015, p. 117), na dissertação de mestrado “A política como profissão: trajetória de políticos do Poder Legislativo catarinense”, chama atenção para a importância da militância estudantil na trajetória dos políticos: “O recrutamento político foi a maneira pela qual se deu a inserção dos sujeitos no meio, e os dados encontrados mostraram que as experiências anteriores à política vivenciadas foram determinantes para que fossem recrutados, principalmente aquelas relativas à militância política e ao envolvimento com movimentos sociais e/ou estudantis, mas também outras, como a representatividade frente a uma classe no setor produtivo da sociedade e a detenção de poder econômico”.

Fora do campo da esquerda, apenas Fátima Pelaes e Maria Abadia tiveram esse tipo de militância, a primeira nos grupos de base da Igreja Católica e a segunda no movimento estudantil do Distrito Federal.

É mister pontuar que, na pesquisa realizada sobre a vida das deputadas anterior ao primeiro mandato legislativo, praticamente não se encontrou nenhum envolvimento dessas mulheres com movimentos feministas ou movimentos de mulheres. Como não analisamos suas atuações no interior do movimento estudantil, dos sindicatos e movimentos sociais, não podemos afirmar que não defenderam causas feministas nas suas militâncias, mas certamente não o suficiente para aparecer em suas biografias. Encontramos duas exceções, ambas de Minas Gerais, mas com trajetórias muito distintas. A primeira, a deputada Maria Elvira de Sales Ferreira, do PMDB. Seu caso é especialmente interessante porque se trata de uma mulher intelectualizada, que estudou no exterior, pertencente a uma família de empresários. Trabalhou antes de ser deputada em um instituto universitário de propriedade do pai e teve papel de destaque em associações empresariais e comerciais daquele estado<sup>20</sup>. Maria Elvira foi nomeada para o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) pelo então presidente da República José Sarney, em 1985, e, no ano seguinte, se candidatou a deputada estadual. Em sua biografia, nota-se que seu envolvimento com a Confederação Nacional das Mulheres já acontece como deputada. Antes de 1985, ela tinha destaque na área empresarial. Não se pode afirmar que Elvira tenha tido militância no movimento feminista, nem tampouco que sua nomeação para o CNDM tenha lhe facilitado a eleição. Mesmo com essas ressalvas, deve-se pontuar que ela é a única mulher com algum ponto de contato institucional com o feminismo.

O segundo caso é o de Jô Moraes, do PCdoB, uma militante de esquerda histórica, presa, viveu na clandestinidade durante o regime militar. Sua militância feminista é indubitável; em sua biografia, percebe-se seu envolvimento com as causas das mulheres desde os primeiros momentos da redemocratização no Brasil<sup>21</sup>.

Além da militância em sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares, 19 deputadas foram vereadoras ou prefeitas antes de chegarem ao Legislativo estadual e

<sup>20</sup> Sua biografia na Câmara dos Deputados informa: diretora e presidente, ABRP, MG; fundadora e presidente, Cemex, Associação Comercial (atual Conselho da Mulher Empresária), MG; diretora, Associação Comercial, MG, 1985-1996; associada e membro da executiva, IPRA, Genebra-Suíça, 1982-; vice-presidente, Confederação das Mulheres do Brasil, SP, 1988-1993; membro, IABC, São Francisco, EUA; vice-presidente, Federação Mineira de Mulheres, MG, 1993; membro, AFET, Belo Horizonte, MG; presidente, Ulam, 1995-; representante no Brasil, Fórum de Mulheres do Mercosul, 1995-. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=97995&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97995&tipo=0)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

<sup>21</sup> Participando intensamente dos movimentos em defesa da mulher, foi coordenadora da Comissão Pró-Federação de Mulheres de Minas Gerais (1982), fundadora e presidente do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte (1983), coordenadora-executiva do Conselho Estadual da Mulher (1984) e a primeira presidente da União Brasileira de Mulheres (1989). Nesse período, também foi assessora parlamentar na Câmara Municipal e assessora na prefeitura municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moraes-jo>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

federal, sendo 13 delas do campo da esquerda<sup>22</sup>. As demais 4 são do campo da direita e 2 do centro<sup>23</sup>. Em relação a esses dois tipos de capital, ter sido vereadora e ter sido prefeita, é interessante pontuar aquelas que acumularam os dois e que tiveram o que se poderia chamar de uma carreira política profissional. São 9 deputadas nessa condição, 8 delas pertencentes a partidos de esquerda e apenas 1 do centro, indicando que as mulheres que fazem carreira no campo da esquerda têm militância muito próxima à dos homens, são quadros formados dentro dos partidos.

Ainda dentro do que estamos identificando como capital político, há um pequeno grupo de mulheres que, antes de serem deputadas, ocuparam cargos de secretárias municipais ou estaduais. Elas se dividem entre os três espectros políticos. Entre elas, o caso mais interessante é o da deputada gaúcha Yeda Crusius, que não havia se envolvido em política partidária até ser convidada por um amigo e colega, membro do governo Itamar Franco, para o importante cargo de ministra da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, onde permaneceu por quatro meses. Havia sido convidada pelo ministro da Fazenda Paulo Haddad e, quando este perdeu o cargo para Eliseu Rezende, Yeda renunciou. Em três meses, a desconhecida professora de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tornou-se uma mulher popular no estado, conseguindo com isso se eleger no pleito imediato a deputada federal.

Portanto, no que concerne às mulheres deputadas com carreiras longevas, percebe-se facilmente que o capital político é fundamental; 51 mulheres de uma forma ou de outra o possuem e o que deve ser destacado é que mais de um terço delas militaram desde jovens em movimentos estudantis e em sindicatos, um terço delas também fizeram vida partidária como vereadoras, percorrendo um caminho de profissionalização na política.

### *Capital familiar*

Das 62 deputadas em pauta, 18 têm parentes próximos com cargos políticos, o que em princípio as caracterizam como possuindo capital familiar. Entre elas, 13 são casadas com políticos, 3 têm pai ou mãe com cargos políticos, 1 é irmã e 1 é sobrinha-neta de políticos. Há três aspectos importantes a serem tomados em consideração. O

<sup>22</sup> São elas: Vanessa Grazziotin (Manaus, AM), 1988, 1992, 1996; Perpétua Almeida (Rio Branco, AC), 2000; Jo Morais (Belo Horizonte, MG), 1996, 2000; Maria do Rosário (Porto Alegre, RS), 1992, 1996; Manuela D'Ávila (Porto Alegre, RS), 2004; Telma de Souza (Santos, SP), 1982; Luiza Erundina (São Paulo, SP), 1982; Ana Perugini (Hortolândia, SP), 2004; Moema Gramacho (Salvador, BA), 1996; Lídice da Mata (Salvador, BA), 1982; Bete Azize (Manaus, AM), 1974; Cida Diogo e Janete Capiberibe (Macapá, AP), 1988; e Sandra Rosado, vice-prefeita e prefeita de Mossoró (RN).

<sup>23</sup> Direita: Jusmari (Barreiras, BA), Lygia Bastos (Rio de Janeiro, RJ), Maria Gorete (Fortaleza, CE) e Conceição Sampaio (Manaus, AM); Centro: Junia Marise (Belo Horizonte, MG) e Simone Morgado (Bragança, PA).

primeiro refere-se ao número baixo de relações de parentesco se comparado ao conjunto das deputadas e deputados federais. Essas deputadas representam 29% do universo estudado.

Os dados recolhidos por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado apontam para um alto percentual de mulheres na Câmara dos Deputados com capital familiar: 51,2% em 2002; 55,6% em 2006 e 52,3% em 2010. Porém, o mais interessante a ser observado é que essas mulheres de carreira longeva têm menor dependência de capital familiar que o conjunto dos homens eleitos para a Câmara dos Deputados: 31% em 2002; 41,5% em 2006; 46,1% em 2010 (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 754). Essas diferenças percentuais podem estar relacionadas a duas condições: o fato de mais da metade das mulheres em análise ser representante das regiões Sudeste e Sul, com predominância na primeira, e o número significativo de mulheres no campo da esquerda. Ambas as condições colaboraram para que o fenômeno das famílias políticas esteja menos presente.

As relações familiares das mulheres se diferenciam pelos graus de parentesco. Entre os deputados, a grande maioria deles é herdeira da geração anterior, mesmo que ainda em atividade política, ou seja, a figura familiar de referência é o pai<sup>24</sup>. No caso das mulheres, é o marido. Bourdieu (1979, p. 127), tratando do mercado dos capitais, é enfático em afirmar que o valor do capital depende da especificidade de cada campo. Em uma estrutura patriarcal, o homem herda o capital familiar do pai, nunca esse capital virá do fato de ser “marido de”, como acontece com as esposas.

Antes de examinar cada tipo de capital familiar, vale mapear as regiões e os partidos de onde provêm as deputadas com esse capital:

<sup>24</sup> “Filhos de políticos famosos, Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ), Clarissa Garotinho (PR-RJ), Renan Filho (PMDB-AL), Requião Filho (PMDB-PR), Expedito Netto (Solidariedade-RO) e Pedro Cunha Lima (PSDB-AL) saíram vitoriosos nas eleições deste ano. / Filho mais velho de Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado, Renan Filho (PMDB) foi eleito novo governador de Alagoas neste domingo. Com 98% das urnas apuradas, o peemedebista alcançou 655.239 votos, totalizando 52,38% dos válidos. / Três filhos de ex-governadores estaduais conseguiram uma vaga na Câmara dos Deputados: Marco Antônio Cabral (PMDB) e Clarissa Garotinho (PR) foram eleitos no Rio de Janeiro, enquanto Requião Filho (PMDB) obteve uma vaga pelo Paraná. / Marco Antônio é filho de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, enquanto Clarissa é filha dos ex-governadores Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho. Já Requião Filho é herdeiro político do ex-governador do Paraná Roberto Requião. / Expedito Netto (Solidariedade-RO), que é filho do ex-senador Expedito Júnior, foi eleito deputado federal por Rondônia” (Nery, 2014).

**Tabela 11**  
**Tipo de capital familiar**

Nome	Estado	Partido	Parentesco	Cargo do parente
<b>Região Norte</b>				
Zila Bezerra	AC	PTB	marido	senador
Perpétua Almeida	AC	PCdoB	marido	deputado estadual
Janete Capibaribe	AP	PSB	marido	senador
Vanezza Grazziotin	AM	PCdoB	marido	deputado estadual
Marinha Raupp	RO	PMDB	marido	senador
Elcione Barbalho	PA	PMDB	marido	governador/deputado federal
<b>Região Nordeste</b>				
Nice Lobão	MA	PSD	marido	senador
Nely Novaes	BA	Arena	marido	interventor federal
Lucia Braga	PB	PSD	marido	governador/deputado federal
<b>Região Centro-Oeste</b>				
Lucia Vania	GO	PSDB	marido	senador
Josi (Josiniane) Nunes	TO	PMDB	mãe/pai	prefeito/deputado federal
<b>Região Sudeste</b>				
Edna Bezerra Macedo	SP	PSL	irmão	bispo
Ivete Vargas	SP	PTB	tio-avô	presidente
Andreia Zito dos Santos	RJ	PSDB	pai	prefeito/deputado federal
Maria Laura Carneiro	RJ	PTB	pai	senador
Rita Camata	ES	PMDB	marido	senador
Suely Rangel Vidigal	ES	PDT	marido	prefeito/deputado federal
<b>Região Sul</b>				
Cida Borgheitti	PR	PROS	marido	prefeito/deputado federal

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da Câmara dos Deputados.

Em relação às 13 mulheres casadas com políticos, algumas características de trajetória são marcantes: 9 dessas mulheres se tornaram deputadas federais sem nunca terem exercido outro mandato ou terem participado de instâncias partidárias, movimento estudantil ou sindicatos<sup>25</sup>. Nota-se que estamos tratando com mulheres que tiveram no mínimo 12 anos de mandato, portanto foram reeleitas no mínimo duas vezes. O comum entre elas é estarem ligadas a políticos que tiveram papel preponderante na política regional e nacional. Vale destacar que várias exerceram cargos na administração dos maridos, quando estes foram prefeitos ou governadores, o que lhes possibilitava exposição pública e acúmulo de capital para se candidatarem a cargos eletivos, por exemplo: Rita Camata exerceu o cargo de presidente da Unidade Comunitária de Integração Social quando o marido, Gerson Camata, foi governador do estado do Espírito Santo; Suely Vidigal foi secretária de Promoção Social do município de Serra (ES), no mandato de prefeito de Sergio Vidigal, seu marido; Nice Lobão foi secretária de Ação Social do Maranhão quando o marido, Edson Lobão, foi governador. Entre as outras 4 mulheres casadas com políticos, nenhuma teve militância em sindicatos e movimentos estudantis,

<sup>25</sup> São elas: Rita Camata e Suely Rangel Vidigal (ES), Lucia Vânia (GO), Nice Lobão (MA), Elcione Barbalho (PA), Lucia Braga (PB), Nely Novaes (BA), Marinha Raupp (RO) e Ivete Vargas (SP).

mas todas foram eleitas, 3 vereadoras e 1 prefeita: Perpétua Almeida (Rio Branco, AC), Vanessa Grazziotin (Manaus, AM) e Janete Capiberibe (Macapá, AP), as vereadoras; e Zila Bezerra (Cruzeiro do Sul, AC), a prefeita.

As carreiras de Perpétua Almeida, Vanessa Grazziotin e Janete Capiberibe são bastante particulares nesse universo de mulheres casadas com políticos, pois não parecem derivar suas carreiras do casamento, mas as construíram junto com as carreiras dos maridos. As duas primeiras são militantes do PCdoB juntamente com os cônjuges. Como já apontamos, Perpétua Almeida foi presidente do Sindicato dos Bancários do Acre e Vanessa foi presidente de DCE. Ambas também parecem ter tido carreiras políticas mais sólidas e nacionais que os maridos, que se mantiveram na política estadual. Janete Capiberibe foi militante do PCB, tendo sido presa pelo regime militar, teve uma filha na prisão e, com o marido, exilou-se na Bolívia, no Chile, no Canadá e em Moçambique. Quando retornaram ao Brasil, ambos consolidaram carreiras políticas de sucesso. Esses casos, portanto, devem ser tratados com cuidado, pois se estaria cometendo um grave equívoco derivar as carreiras dessas mulheres de seus casamentos. É bastante mais razoável concluir que se trata de casais que militaram juntos.

Lucia Vania e Elcione Barbalho se divorciaram dos maridos; Lucia tornou-se senadora. Elcione tentou uma vaga para o Senado, perdeu as eleições e retornou à política como vereadora, chegando novamente à Câmara dos Deputados. As carreiras dessas duas mulheres indicam que, em certo momento, elas conseguiram se descolar dos maridos, mas, mesmo assim, seus nomes estavam ligados a nomes muito importantes da política regional e nacional.

Das outras 5 deputadas com relações familiares, 3 são filhas de políticos, duas delas de políticos com carreiras regionais. Andreia Zito dos Santos, do Rio de Janeiro, era filha de um político que foi vereador e prefeito de Duque Caxias (RJ) e deputado estadual; Josiniane Nunes tinha mãe e pai políticos na cidade de Gurupi no Tocantins; e a terceira, Maria Laura Carneiro, era filha do senador Nelson Carneiro – que se tornou muito popular no Brasil das décadas de 1960-1970 por sua luta pela legalização do divórcio. Resta Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, que, apesar do poderoso capital familiar de entrada na política, teve uma longa e atribulada carreira posterior à morte do presidente e bastante independente da sua memória.

Finalmente, Edna Bezerra Macedo, irmã do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Em relação a ela, há uma interessante composição de capital, pois o bispo é empresário de telecomunicações, que nunca exerceu nenhum tipo de atividade política, transfere o capital de sua credibilidade de líder religioso para a irmã. Tem sido bastante comum pastores de igrejas evangélicas se tornarem deputados federais no Brasil. Utilizam-se de sua capacidade de convencimento, de suas congregações e

recursos econômicos advindos das igrejas em suas campanhas. O interessante, no caso em pauta, é que o bispo Macedo usou de seu capital religioso para eleger a irmã<sup>26</sup>.

### *Capital midiático*

O último tipo de capital de que nos ocupamos é o midiático, não familiar, que aparece em uma proporção muito pequena no grupo em estudo. Apenas 4 deputadas se elegeram a partir de carreiras feitas no jornalismo: Cristina Tavares, Cidinha Campos, Rose de Freitas e Conceição Sampaio. A primeira, uma militante pelos direitos humanos que se tornou popular como jornalista política em Brasília, foi muito próxima de Ulisses Guimarães. Cidinha Campos trabalhou na televisão e ganhou fama com um espetáculo teatral em que conversava com a plateia, só de mulheres, sobre os problemas femininos. Esse espetáculo percorreu o Brasil de 1975 a 1978, com o título de *Homem não entra*, considerado fora da lei na época, sendo proibido por um tempo pelo governo militar. Apesar do incômodo que causou, Cidinha Campos nunca militou no movimento feminista ou se declarou feminista na época. Rose de Freitas começou sua longa carreira política no Espírito Santo, com um popular programa de rádio. Já Conceição Sampaio ficou conhecida através de seu trabalho como apresentadora de televisão.

### **À guisa de conclusão**

A pouca presença das mulheres na política no Brasil tem sido um fato verificado em todas as instâncias da vida política do país. Nos cargos legislativos, tal cenário se apresenta de forma muito grave quando comparado com dados internacionais. Quando estudamos um grupo de mulheres que tiveram êxito na vida política, como é o caso das 62 mulheres em foco neste artigo, torna-se ainda mais patente as razões dessa quase ausência. Não considerando as mulheres que se elegeram unicamente pelo fato de serem parentes próximas de políticos ou figuras públicas, que foram minoria no conjunto, as mulheres que empreenderam carreiras longevas tiveram uma vida pública relevante antes de se elegerem deputadas. Foram líderes estudantis, ocuparam cargos de alta direção em sindicatos, ainda jovens se tornaram vereadoras e algumas delas, prefeitas.

Essas mulheres, com educação muito acima da média brasileira, romperam a barreira do mundo privado e foram lideranças em um mundo público e masculino, como o dos sindicatos de médicos, de bancários, de trabalhadores da indústria petroleira. Militaram em centros acadêmicos durante a formação universitária. Elas venceram porque lutaram na arena masculina com as armas e os valores de liderança desse espaço. Não há, entre

---

<sup>26</sup> Apenas para ilustrar: Marcelo Crivella, prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro em 2014, é sobrinho de Edir Macedo.

essas mulheres, um único exemplo de militância que tenha rompido com essa escrita. Elas não foram lideranças em movimentos sociais nem militaram no feminismo. Não há notícias de que pertenceram a coletivos que construíram candidaturas. Ou seja, a presença de mulheres com carreiras políticas não indicou, até as eleições de 2014, novas formas de entrada nesse campo. O sistema político não abre espaço para experiências diferenciadas. Apenas aquelas mulheres que fizeram trajetórias tradicionais construíram carreiras sólidas. Esse é um dos gargalos centrais da escassa presença das mulheres na vida política brasileira, pois a possibilidade dessas trajetórias se abre para muito poucas em um país como o Brasil, com uma divisão de trabalho tão marcadamente sexual, com a responsabilização da mulher pela reprodução da vida familiar.

Quando se busca examinar carreiras sólidas, o número de mulheres militantes de partido de esquerda é desproporcional em relação à presença desses partidos na Câmara de Deputados. Não se trata de atribuir aos partidos de esquerda uma forma alternativa de construir seus quadros políticos, mas de pensar que mulheres de esquerda tendem a ser menos enquadradas nos esquemas tradicionais, com mais propensão a quebrar padrões de comportamento esperado de mulher, esposa e mãe. Essas mulheres pertencem a movimentos estudantis e sindicatos, viveiros de lideranças partidárias. Não encontramos nenhuma relação entre essas mulheres e o feminismo como militância. Como descrevemos anteriormente, apenas duas delas tiveram alguma relação com a luta das mulheres ao longo dos 64 anos examinados.

Para finalizar, é necessário destacar que este artigo tratou das trajetórias de mulheres que tiveram carreiras longevas com o propósito de examinar os caminhos trilhados que lhes permitiram entrar em um campo político marcadamente masculino. Não esteve em análise a performance das parlamentares como deputadas estaduais ou federais, em que se poderiam averiguar suas militâncias em causas relacionadas aos direitos das mulheres. O fato de termos encontrado só duas mulheres com envolvimento direto com o movimento feminista pode ser indicador do preconceito em relação ao movimento no interior dos partidos políticos, o que provocaria um apagamento desse tipo de militância para ter maior possibilidade de construir uma carreira política. Essa é uma hipótese que necessita de análises posteriores.

Em outras oportunidades, foi verificado que deputadas, sem nenhuma militância anterior no movimento feminista ou nos movimentos de mulheres, tornaram-se defensoras dos direitos das mulheres na Câmara de Deputados. A presença das mulheres, mesmo em número pequeno, foi de grande importância na Constituinte de 1987/1988. Na Câmara de Deputados, mesmo sem *status oficial*<sup>27</sup>, há uma Bancada Feminina que tem tratado de

<sup>27</sup> A popularidade do uso da expressão “bancada” trouxe problemas de entendimento. O fato de um grupo de parlamentares instituírem regimentos e realizarem reuniões periódicas não os/as qualificam como uma bancada, mesmo que assim se autointitulem. Uma bancada na Câmara de Deputados corresponde ao número total de representantes de um partido, como fica claro no Art. 8º do Regimento da Câmara de Deputados: “Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos

temas importantes concernentes ao direito das mulheres. Também no Senado Federal existe uma bancada com o mesmo padrão, além de um jornal, o *Jornal do Senado Mulher*, publicado desde junho de 2014, além de uma Procuradoria Especial da Mulher.

*Celi Regina J. Pinto* – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: <celirjp@gmail.com>.

*Augusta Silveira* – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: <augustaslvr@gmail.com>.

### Referências bibliográficas

- ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 14 maio 2017.
- ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM (Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Política para Mulheres), 2012.
- AQUINO, M.; COSTA, M.; MORAES, L. Zulaiê Cobra Ribeiro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- ARAÚJO, C. "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, p. 231-252, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, p. 23-59, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao Legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina". *Estudos Feministas*, vol. 18, nº 2, p. 567-584, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Cidadania democrática e inserção política das mulheres". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, p. 147-168, 2012.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, nº 3, p. 535-577, 2007.
- AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

---

que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas, observadas as seguintes regras" (Brasil, 2003). Por óbvio, a Bancada das Mulheres não pode como tal se candidatar à mesa diretora. É sabido que existem outras bancadas informais dentro da Câmara de Deputados, as chamadas BBB, Bancadas do Boi, da Bala, da Bíblia, mesmo com influência e, ainda que sem regimentos como a das mulheres, também não podem se proporem oficialmente a cargos de quaisquer naturezas, por não constituírem bancadas parlamentares de partidos ou blocos.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BORGES, A.; SANCHES FILHO, A. O. "Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 1, p. 1-27, 2016.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A. "Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, nº 30, p. 107-130, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. "80% dos deputados federais eleitos têm nível superior". *Câmara Notícias*, 6 out. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475472-80-DOS-DEPUTADOS-FEDERAIS-ELEITOS-TEM-NIVEL-SUPERIOR.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Banco de dados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Resolução nº 17, de 1989: Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 6ª ed. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010*. 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRASIL. TSE. *Eleições Anteriores*, 2016a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. TSE. *Repositório de dados eleitorais*, 2016b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CANATO, C. "O voto disperso para candidatos de carreira parlamentar longa". *Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes*, vol. 1, nº 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1496>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

CARNEIRO, A.; ARAÚJO, G. Antonia Lúcia Navarro Braga. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

CARNEIRO, A.; JUNQUEIRA, E. Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Elizabeth Azize. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

CONGRESSO EM FOCO. "Índice de renovação na Câmara chega a 43,5%", 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/indice-de-renovacao-de-parlamentares-na-camara-chega-a-435/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

COSTA, A. A. A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Neim/UFBA/Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, M. Fátima Pelaes. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

COSTA, M.; BARROS, R.; GOMES, A. Sandra Meira Starling. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

ESCOREL, S.; COSTA, M.; MATTOS, M. A. Luiza Erundina de Sousa. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

FERREIRA, L. G. (org.). *Presença feminina*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.

FAVRETTI, R. "A política como profissão: trajetória de políticos do Poder Legislativo catarinense. Florianópolis". Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136359/335884.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FRASER, N. "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação". *Estudos Feministas*, vol. 15, nº 2, p. 291-308, 2007.

\_\_\_\_\_. *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond*. New York: Verso, 2013.

FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

GANDRA, A. "Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política". *Agência Brasil*, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

GARCIA, M. Maria do Carmo Lara Perpétuo. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

GOMES, A. Jô Morais. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

IPU – INTER-PARLIAMENTARY UNION. Women in national parliaments, 2017. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 13 fev 2018.

JOFFILY, M. Edna Macedo. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil". *Opinião Pública*, vol. 9, nº 1, p. 44-67, 2003.

LIMA, E. C.; BARROS, R.; BASTOS, M. Júnia Marise. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

MARQUES, D. "Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias?". V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-036/324.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. "Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas". *Estudos Feministas*, vol. 18, nº 3, p. 653-679, 2010.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. "Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 58, nº 3, p. 721-747, 2015.

MONTEIRO, M. C.; SOUSA, A. C. Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

MOURA, G.; SOUSA, L. O. Yeda Rorato Crusius. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Maria Laura Monteza de Sousa Carneiro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

NERY, A. "Filhos de políticos famosos são eleitos pelo país". *G1*, 5 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/filhos-de-politicos-famosos-sao-eleitos-pelo-pais.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

ORSATO, A. "Como mulher e deputada: a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011)". Porto Alegre. Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 44, nº 2, p. 133-172, 2001.

PEREIRA, P.; SOUSA, L. O.; DANTAS, A. Maria Aparecida Campos Straus. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

PINHEIRO, L. Fátima Bezerra. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Iriny Lopes. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

\_\_\_\_\_. Sandra Rosado. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010c.

PNUD Brasil. *Ranking IDH Global 2014*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

- QUARTI, M. Rosilda de Freitas. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Marilu Segatto Guimarães. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.
- QUARTI, M.; CORREIA, M. L. Rita de Cássia Paste Camata. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- ROCHA, A. Luciana Genro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SACCHET, T.; SPECK, B. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p. 177-197, 2012.
- SANTOS, A. M.; SERNA, M. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, p. 93-113, 2007.
- SETEMY, A. Elcione Teresinha Zähluth Barbalho. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SILVA, E.; SOUSA, L. O.; DANTAS, A. Jandira Feghali. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUSA, J.; ARAGÃO, M. Lídice da Mata e Sousa. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUSA, L. O. Ivete Vargas. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- \_\_\_\_\_. Maria Elvira Sales Ferreira. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.
- SOUZA, L. O.; COSTA, M. Irma Rossoto Passoni. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUZA, L. O.; COSTA, M.; CAMARGO, O. Telma Sandra Augusto de Souza. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- TABAK, F. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. Coleção Direito e Sociedade.
- TOSTE, A.; MONTALVÃO, S. Maria Cristina de Lima Tavares Correia. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

VELASQUEZ, M.; COUTO, A. F.; CORREIA, M. L. Benedita Sousa da Silva. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

## Apêndice

**Quadro 1**  
**Partidos políticos por período e espectro ideológico**

Período	Direita	Centro	Esquerda
1950-a	<i>PSD/UDN/PDC</i>		PTB
1966-1978	<i>Arena</i>	-	<i>MDB</i>
1982-2014	<i>PPR/PSC/PFL/PRB/ PTdoB/DEM/PP/PSH/PRTB/PH S/PROS/PMN/PL/ PPB/PSD/PR/PTB/DEM/ PRONA/PTN/PSL/PTC/ PTB/PST/PTR/PAN</i>	PMDB/PSDB/PPS	<i>PT/PCdoB/PSTU/ PSOL/PDT/PSB</i>

**Fonte:** Elaboração própria.

**Obs.:** Em itálico, partidos já extintos.

**Quadro 2**  
**Relação das 62 deputadas com carreiras políticas longevas**

Deputada	Legislaturas estaduais (ano de eleição)	Legislaturas federais (ano de eleição)	UF
Alice Portugal	1994, 1998	2002, 2006, 2010, 2014	BA
Ana Perugini	2006, 2010	2014	SP
Andreia Almeida Zito dos Santos	1998, 2002	2006, 2010	RJ
Benedita da Silva	-	1986, 1990, 2010, 2014	RJ
Beth Azize	1978, 1982	1986, 1990	AM
Cida Borghetti	2002, 2006	2010	PR
Cida Diogo	1998, 2002	2006	RJ
Cidinha Campos	1990, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1994	RJ
Conceição Sampaio	2006, 2010	2014	AM
Cristina Tavares	-	1978, 1982, 1986	PE
Edna Bezerra Fernandes Macedo	1994, 1998	2002	SP
Elcione Barbalho	-	1994, 1998, 2006, 2010, 2014	PA
Eliziane Pereira Gama	2006, 2010	2014	MA
Érika Kokay	2002, 2006	2010, 2014	DF
Fátima Pelaes	-	1990, 1994, 1998, 2006, 2010	AP
Flávia Carreiro Albuquerque Morais	2002, 2006	2010, 2014	GO
Iriny Lopes	-	2002, 2006, 2010	ES
Irma Passoni	1978	1982, 1986, 1990	SP

<b>Deputada</b>	<b>Legislaturas estaduais (ano de eleição)</b>	<b>Legislaturas federais (ano de eleição)</b>	<b>UF</b>
Ivette Vargas	-	1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1982	SP
Jandira Feghali	1986	1990, 1994, 1998, 2002, 2010, 2014	RJ
Janete Capiberibe	1990, 1994, 1998	2002, 2006, 2010, 2014	AP
Josiniane Nunes	1998, 2006, 2010	2014	TO
Júnia Marise Azeredo Coutinho	1974	1978, 1982	MG
Jusmari Terezinha de Souza Oliveira	1998, 2002	2006	BA
Lídice da Mata	1986, 1998, 2002	2006	BA
Luci Choinacki	1986	1990, 1998, 2002, 2010	SC
Lucia Braga	-	1986, 1990, 2002	PB
Lucia Vânia	-	1986, 1990, 1998	GO
Luciana Genro	1994, 1998	2002, 2006	RS
Luiza Erundina	1986	1998, 2002, 2006, 2010, 2014	SP
Lygia Lessa Bastos	1962, 1966, 1970	1974, 1978	RJ
Manuela D'Ávila	2014	2006, 2010	RS
Maria Abadia	1990	1986, 1998	DF
Maria de Fátima Bezerra	1994, 1998	2002, 2006, 2010	RN
Maria do Carmo Lara Perpétuo	-	1998, 2002, 2006	MG
Maria do Rosário	1998	2002, 2006, 2010, 2014	RS
Maria do Socorro Jo Moraes	2002	2006, 2010, 2014	MG
Maria Elvira de Sales Ferreira	1986, 1990	1994, 1998	MG
Maria Gorete Pereira	1994, 1998	2006, 2010, 2014	CE
Maria Helena Veronese Rodrigues	-	2002, 2006, 2014	RR
Maria José Maninha	1994, 1998	2002	DF
Maria Laura Monteza de Souza Carneiro	-	1994, 1998, 2002, 2014	RJ
Marilu Segatto Guimarães	1986	1990, 1994	MS
Marinha Raupp	-	1994, 1998, 2002, 2006 2010, 2014	RO
Moema Gramacho	1998, 2002	2014	BA
Necy Novaes	-	1962, 1966, 1970	BA
Nice Lobão	-	1998, 2002, 2006, 2010	MA
Perpétua Almeida	-	2002, 2006, 2010	AC
Rita Camata	-	1986, 1990, 1994, 1998, 2006	ES
Rosilda/Rose de Freitas	1982	1986, 1990, 2002, 2006, 2010	ES
Sandra Cavalcanti	1958, 1974	1986, 1990	RJ
Sandra Escossia Rosado	1998	2002, 2006, 2010	RN
Sandra Starling	1986	1990, 1994	MG
Simone Morgado	2006, 2010	2014	PA
Solange Amaral	1994, 1998	2006	RJ
Suely Rangel Silva Vidigal	2002	2006, 2010	ES
Telma de Souza	1986	1990, 1998, 2002, 2010	SP



<b>Deputada</b>	<b>Legislaturas estaduais (ano de eleição)</b>	<b>Legislaturas federais (ano de eleição)</b>	<b>UF</b>
Vanessa Grazziotin	–	1998, 2002, 2006	AM
Yeda Crusius	–	1994, 1998, 2002	RS
Zelinda Novaes e Silva Jarske	1990, 1994, 1998	2002	BA
Zila Bezerra	–	1990, 1994, 1998	AC
Zulaiê Cobra	–	1994, 1998, 2002	SP

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

### **Resumo**

#### *Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)*

O artigo analisa a trajetória política de 62 mulheres que, ao longo de 17 legislaturas, exerceiram no mínimo três mandatos de deputadas, sendo pelo menos um como deputada federal, com o objetivo de responder a seguinte questão: quais são os requisitos necessários para as mulheres chegarem a ter carreiras parlamentares exitosas em um país que está em 151º entre os 187 países analisados quanto à participação das mulheres nos parlamentos em 2017? O artigo está dividido em duas sessões: a primeira faz um apanhado geral do universo das mulheres eleitas deputadas estaduais e federais entre 1950-2014, no total de 653 deputadas; a segunda ocupa-se das 62, foco central do trabalho. A análise da trajetória das 62 deputadas demonstrou que suas carreiras políticas longevas seguem caminhos tradicionais de políticos homens e este achado constitui-se uma das principais razões da escassa presença das mulheres na vida política brasileira.

**Palavras-chave:** carreira; Legislativo; deputadas; mulheres; capital político

### **Abstract**

#### *Women with long political careers in the Brazilian legislative branch (1950-2014)*

This article analyzes the political trajectory of 62 women who, during 17 legislatures, exercised at least three terms, with at least one being in the position of federal representative, in order to answer the following question: what are the necessary requirements for women to have successful parliamentary careers in a country that places 151st among 187 countries reviewed in terms of women's participation in parliaments in 2017? The article is divided into two parts: the first part gives a general overview of the universe of women elected state and federal representatives between 1950 and 2014, a total of 653 deputies. The second part focuses on the 62 women who at least once reached the federal congress, the main focus of this study. The analysis of the trajectories of the 62 deputies showed that their long political careers follow the same traditional paths as their male peers, a finding that points to one of the main reasons for the scarce presence of women in Brazilian political life.

**Keywords:** career; legislative branch; deputies; women; political capital

### **Resumen**

#### *Mujeres con largas carreras políticas en el legislativo brasileño (1950-2014)*

En este artículo se analiza la trayectoria política de 62 mujeres que durante 17 legislaturas ejercieron como mínimo tres mandatos, con al menos uno en posición de representante federal, para responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los requisitos necesarios para que las mujeres tengan carreras parlamentarias con buen éxito en un país que ocupa el lugar 151 entre los 187 países examinados en términos de participación de las mujeres en los parlamentos en 2017? El artículo se divide en dos partes: la primera parte aporta una visión general del universo de mujeres elegidas representantes

estatales y federales entre 1950 y 2014, un total de 653 diputadas. La segunda parte se centra en las 62 mujeres que al menos una vez llegaron al congreso federal, enfoque principal de este estudio. El análisis de la trayectoria de las 62 diputadas demostró que sus largas carreras políticas siguen caminos tradicionales de políticos varones y este hallazgo constituye una de las principales razones de la escasa presencia de las mujeres en la vida política brasileña.

*Palabras-clave:* carrera; Legislativo; diputadas; mujer; capital político

### Résumé

*Les femmes ayant de longues carrières politiques dans le législatif brésilien (1950-2014)*

Cet article analyse la trajectoire politique de 62 femmes qui, au cours de 17 législatures, ont exercé au moins trois mandats, avec au moins un de ces mandats au poste de représentant fédéral, afin de répondre à la question suivante: quelles sont les exigences nécessaires pour que les femmes aient des carrières parlementaires réussies dans un pays qui occupe la 151e place sur 187 pays en matière de participation des femmes aux parlements en 2017? L'article est divisé en deux parties: la première partie donne un aperçu général de l'univers des femmes élues représentants étatiques et fédéraux entre 1950 et 2014, soit un total de 653 députés. La deuxième partie porte sur les 62 femmes qui ont fait partie au moins une fois du congrès fédéral, l'objet principal de cette étude. L'analyse de la trajectoire des 62 députés a montré que leurs longues carrières politiques suivent les chemins traditionnelles des hommes politiques et cette constatation est l'une des principales raisons de la faible présence des femmes dans la vie politique brésilienne.

*Mots-clés:* carrière; Législatif; députés; femmes; capital politique

Artigo submetido à publicação em 9 de agosto de 2017.

Versão final aprovada em 28 de março de 2018.

*Opinião Pública* adota a licença Creative Commons CC-BY.

